



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- Nome do evento: **Compras diretas pela nova lei de licitação - lei nº 14.133/21 e ferramenta de dispensa eletrônica com operacionalização no sistema compras.gov.br (teoria e prática).**
- Público-alvo: servidores da Secretaria de Gestão Administrativa, da Coordenadoria de auditoria e da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral
- Número máximo de participantes do curso: 30 alunos
- Carga horária mínima do curso: 16h/a
- Número de turmas: 1 (uma)
- Carga horária diária mínima da turma: 4h/a
- Número máximo de participantes da turma: 30 alunos
- Modalidade: curso fechado a distância on line – aulas síncronas - transmitido pela internet/ plataforma teams com legenda.
- Metodologia: aula on-line, exposição dialogada e simulação no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e estudo de casos, com 30% da carga horária total, em metodologias ativas.
- Requisitos mínimos dos contratados: os instrutores, responsáveis por ministrar o curso, deverão ter formação e experiência na condução de treinamentos sobre o tema.
- Avaliação: O curso terá avaliações de reação diárias, realizadas oralmente pelo professor e avaliações de aprendizagem formativas durante todo o programa. Afinal a contratada realizará uma avaliação de reação e encaminhará à contratante.

Conteúdo programático mínimo:

Introdução

- A nova lei de licitações e contratos administrativos
- Exceções à regra de licitar

Processo de contratação

- Objetivos
- Fases do processo
- Procedimentos eletrônicos e presenciais

Fase preparatória

- Artefatos de planejamento
- Plano de contratações
- Formalização da demanda
- Estudos Técnicos Preliminares
- Termo de referência, Projeto básico e Anteprojeto

Contratação direta

- Instrução processual
- Artefatos da instrução: DFD, Mapa de riscos, ETP e TR
- Quando elaborar a análise de riscos?
- Quando elaborar Estudos Técnicos Preliminares?
- Quando elaborar Termo de Referência?
- Estimativa prévia de preços.
 - Onde pesquisar?
 - Quais os parâmetros aceitáveis?
 - Quantas cotações são necessárias?
 - Qual a metodologia ideal para a estimativa?
- Pareceres técnicos e jurídicos
 - São sempre necessários?
 - É possível dispensar o parecer jurídico?
- Reserva de recursos orçamentários
- Requisitos de habilitação
 - Jurídica
 - Técnica Fiscal, social e trabalhista
 - Econômico-financeira
 - Documentos exigíveis
 - Forma de apresentação
 - É possível efetuar diligências?
- Justificativas
 - Escolha do futuro contratado
 - Justificativa do preço
- Autorização da autoridade competente
- Inexigibilidade de licitação
- Conceito de inviabilidade de competição
- Situações indicadas na Lei

- Exclusividade do prestador ou fornecedor
- Como comprovar a exclusividade?
- Setor artístico
- Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual
 - Quais serviços se enquadram na Inexigibilidade?
 - Como fica a questão relativa à singularidade?
 - Como aferir a notória especialização
 - Substituição do profissional indicado
- Credenciamento
- Locação ou aquisição de imóveis (quando licitar e quando contratar por inexigibilidade?)
 - Avaliação prévia do bem; quem tem competência para avaliar?
 - Comprovação de inexistência de outro imóvel público disponível
 - Singularidade do imóvel
- Dispensa de licitação
 - Hipóteses mais frequentes
 - Em função do valor
 - Emergencial ou calamidade
 - Mudanças em relação ao diploma da Lei 8.666/1993
 - Licitações sem sucesso (deserta ou fracassada)
 - Profissionais para comissão de avaliação de propostas técnicas
 - Associação de pessoas com deficiência
 - Instituição de apoio, captação e execução de atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação
 - Limites para a dispensa por valor
 - Cartão de pagamento
- Fracionamento da despesa
 - Fracionamento para manutenção de veículos
 - Ramo de atividade
 - Fracionamento x Elemento/subelemento de despesa
 - Fracionamento x CNAE
- Atualização de valores

Contratação direta e procedimentos auxiliares

- Credenciamento

Sistema de registro de preços (o que falta regulamentar para utilização SRP por compra direta?)

Formalização dos contratos

- Substituição do instrumento de contrato nas dispensas de licitação

Duração dos contratos

- Diretrizes para definição dos prazos e os limites da contratação direta

Alteração dos contratos e dos preços

Alteração unilateral e os limites da contratação direta

Aplicação da lei LC 123 nas contratações diretas

- Preferência para ME/EPP nas dispensas em função do valor

Principais tópicos:

- Simulação da preparação e agendamento da Dispensa Eletrônica no Sistema Divulgação de Compras –
- SIDEC;
- Simulação de Cadastramento de Propostas na Dispensa Eletrônica como fornecedores;
- Simulação de Etapa de Lances da Dispensa Eletrônica como fornecedores;
- Simulação de Negociação, Adjudicação e Homologação da Dispensa Eletrônica
- Simulação das etapas da Dispensa Eletrônica no Comprasnet, de acordo com a IN nº 67/2021 –SEGES/ME;
- Pedido de Cotação/Dispensa Eletrônica no SIDEC;
- Seleção do CATMAT no SIDEC;
- Da possibilidade do orçamento divulgado x sigiloso;
- Da possibilidade de publicação de anexos no SIDEC (TR, Aviso dentre outros);
- Da publicação do Aviso da Dispensa Eletrônica no PNCP;
- Benefícios das pequenas empresas na Dispensa Eletrônica;
- Cadastramento das propostas dos fornecedores na Dispensa Eletrônica;
- Da etapa de lances;
- Da convocação e negociação da proposta vencedora;
- Das etapas de Adjudicação e Homologação da Dispensa Eletrônica;
- Relatório da Dispensa Eletrônica no Comprasnet;
- Consulta de Dispensas Eletrônicas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2. JUSTIFICATIVA

Necessidade de capacitar/atualizar os servidores da Secretaria de Gestão Administrativa quanto às recentes e às significativas alterações do tema contratações diretas, bem como quanto à implementação do sistema de cotação/dispensa eletrônica da Nova Lei de Licitação – Lei nº 14.133/2021.

Resultados esperados

Espera-se que ao final da capacitação, os servidores sejam capazes de:

- executar as ações de competência da Seção de Compras em processos de compra direta com fundamento na nova lei de licitações (cap. VIII – da contratação direta, lei 14133/2021);
- conhecer, entender e aplicar as principais alterações e novidades da nova lei de licitações relativas à parte teórica, à instrução processual e à operacionalização dos procedimentos para compras diretas fundamentadas na nova lei de licitações;
- conhecer, entender e aplicar o teor das Instruções Normativas SEGES sobre pesquisa de preços (IN 65/2021) e dispensa eletrônica (IN 67/2021);
- realizar de forma correta e segura o procedimento da dispensa eletrônica no sistema comprasnet;

Previsão no Plano Anual de Trabalho: a capacitação está prevista no PAC 2022.

3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Local de realização do evento: curso a distância on line – transmissão ao vivo pela internet/plataforma teams com legenda da empresa Supercia. O curso poderá ser recepcionado tanto em computadores quanto em dispositivos móveis.
- Data de realização do curso: dias 6, 7, 8 e 18/4/2022
- Horário de realização do curso: de 14 as 18h

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado deverá:

- Executar os trabalhos, respeitando os prazos acordados com a contratante;
- Remunerar e responsabilizar-se pelos encargos sociais do instrutor;
- Responsabilizar-se pelas despesas do instrutor, como passagens aéreas, hospedagem, alimentação, transporte etc.;
- Participar de reuniões de planejamento, quando solicitado;
- Elaborar e encaminhar material didático (no formato digital);
- Manter em sigilo quaisquer dados pessoais dos alunos ou informações institucionais a que venha a ter acesso em função do curso;
- Inscrever os alunos em seu ambiente virtual de aprendizagem – AVA – ou plataforma de reuniões virtuais, quando se tratar de cursos a distância;
- Realizar avaliações de reação diárias (oralmente) com os alunos, a fim de reajustar o programa do curso ou metodologia, se necessário;
- Realizar avaliações de aprendizagem formativas durante todo o programa;
- Aplicar metodologias ativas durante, pelo menos, 30% da carga horária total do curso;
- Ajustar programa ou metodologia, antes ou durante a realização do curso, respeitando-se a carga horária contratada, se solicitado pela contratante.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O contratante deverá:

- Fornecer ao contratado informações relacionadas ao objeto do contrato;
- Acompanhar e fiscalizar os serviços contratados por meio de servidores indicados;
- Realizar o pagamento conforme estabelecido no contrato;
- Notificar o contratado a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços;
- Disponibilizar a lista de alunos inscritos para o curso;
- Emitir certidão de capacidade técnica, quando solicitado.

6. DO PAGAMENTO

O pagamento deverá ser efetuado após a realização da capacitação, no prazo de 10(dez) dias contados a partir da apresentação da nota fiscal a este Tribunal e do ateste do setor competente.

7. DAS PENALIDADES

Pelo descumprimento dos prazos e condições determinados neste Termo de Referência, a empresa contratada estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente, bem como nos instrumentos convocatório e contratual, conforme o caso.

8. DA VIGÊNCIA

O serviço contratado deverá ser realizado até 19 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte, 24 fevereiro de 2022.

Maria Glória de Melo
Seduc

Andréia de Oliveira Matos
Chefe da Seduc



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉIA SANTOS DA SILVEIRA MATOS**, **Técnico Judiciário**, em 25/02/2022, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA GLÓRIA DE MELO**, **Técnico Judiciário**, em 25/02/2022, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2499586** e o código CRC **F7975A46**.

0002427-88.2022.6.13.8000

2499586v1